**Statament from Ms. Nizia Trindade, President of FIOCRUZ, in the Intersessional Seminar on Access to Medicines and Vaccines in the Context of the Right of Everyone to the Enjoyment of the Highest Attainable Standard of Physical and Mental Health (December 8th, 2021)**

Good morning and good afternoon everyone.

Initially I would like to salute the United Nations High Commissioner for Human Rights, Dr. Michele Bachelet who, in addition to occupying this high and important position at the United Nations, is a dear personal friend, from Fiocruz, and from Brazil. A Latin American woman, and therefore experienced with the issues of economic, social and health inequalities, she addresses this decisive issue of human rights around the world with dedication and compassion, and I compliment her and thank her for it. I also salute the Special Rapporteur for the right to health, dr. Tlaleng Mofokeng, for the excellent work she has been doing.

I would also like to congratulate the organizers of this important inter-sessional event that takes place in the Council, for the importance of the issue of human rights in the area of ​​health, in such difficult and challenging times in which we live, due to the **long pandemic** – as I am now calling it - with which we have suffered for almost two years

I would also like to greet the entire face-to-face or virtual audience that participates in this event. Finally, I regret the more than 250 million cases and more than 5.2 million deaths officially registered around the world and express my solidarity with the victims and their families.

It is common sense to state that the Covid19 pandemic has exposed previously existing social, economic, environmental and health inequalities across the world. This long-lasting pandemic has brutally increased the number of poor people and has shown that there is nothing democratic about it, due to the unequal and inequitable way in which it affects individuals and families, according to income, gender, race-ethnicity, work situation or age.

When we examine, for example, the most recent reports on the implementation of the 2030 Agenda in the world, we find that progress in development indicators has been worse in the poorest and most unequal countries in the world and, within countries, exactly among those same population segments.

Much was expected from the solidarity of the richest countries in the world in the equitable fight against the pandemic, advocated by the global health authority – the World Health Organization, WHO – as the only way to overcome the disease.

However, to date, the human right to a good that should be public and global in the context of a pandemic, the Covid vaccine19, has been frustrated by the lack of support for mechanisms collectively defined by the global public health community since the beginning of the pandemic, aiming to 'leave no one behind', as is the case with the Covax Initiative, created by WHO, GAVI and CEPI with the purpose to promote global access to COVID-19 vaccines.

On the other hand, WHO's recent decision to set up a process to negotiate a new instrument of global health governance represents a unique opportunity to review and explicitly include the responsibility of States to guarantee one of the most important fundamental human rights: the right to health, whether in times of health crisis or not.

I also want to alert to the abuse of human rights concerning other dimensions of economic and social life. I refer to the right to adequate food, work and employment, a healthy environment – ​​including housing, access to water, basic sanitation, clean air and the collection and treatment of sewage and garbage, without forgetting the right to education, one of the most seriously affected by the pandemic, with increase in school drop-outs of children and young persons.

In both cases the One Health approach becomes necessary. We all know that health is not just dependent on the biology of individuals. Human health is the result of general and collective living conditions, due to political, social, economic and environmental determinants of health. For this reason, in this seminar, I would also like to highlight the importance of the right to development, which is equitable, inclusive and sustainable, as the only way to meet all imperative human needs, without destroying the planet, the source of life. Likewise, the right to scientific and technological knowledge and development, a great driver of inequalities among countries, must be highlighted.

I am particularly concerned that we can resolve the political dimension of dealing with the long-term pandemic and post-pandemic recovery. The world's sanitarians and scientists expect a lot from the Member States of this Council and from the United Nations as a whole. We are hopeful that a multilateralism of solidarity will be restored, above the nationalisms, whether in terms of vaccines, border closures, or lack of interest in the needs of the most fragile regions and countries.

I conclude by acknowledging and thanking the work carried out by the Human Rights Council, the High Commissioner, as well as the important group of Special Rapporteurs, who have been producing the most impressive body of reports in defense of human rights and the quality of life of populations throughout the world, pointing out the problems, but also indicating fundamental political solutions to address them.

**Intervenção da Sra. Nizia Trindade, Presidente da FIOCRUZ, no Seminário Intersessional sobre a Acesso a Medicamentos e Vacinas no Contexto do Direito de Todos ao Desfrute do Mais Alto Padrão Atingível de Saúde Física e Mental (08 de dezembro de 2021)**

Bom dia e boa tarde a todos.

Inicialmente gostaria de saudar a Alta Comissária para Direitos Humanos das Nações Unidas, dra. Michele Bachelet que, ademais de ocupar este elevado e importante cargo nas Nações Unidas, é uma querida amiga pessoal, da Fiocruz, e do Brasil. Mulher Latino-americana e, portanto, experiente com as questões das desigualdades econômico-sociais e sanitárias, debruça-se com dedicação e compaixão sobre esta decisiva questão dos direitos humanos em todo o mundo, e a cumprimento e agradeço por isto. Cumprimento também a Special Rapporteur para o direito à saúde, dra. Tlaleng Mofokeng, pelo excelente trabalho que vem realizando.

Gostaria também de parabenizar os organizadores deste importante evento inter-sessional que se realiza no Conselho, pela importância do tema dos direitos humanos na área da saúde, em tempos tão difíceis e desafiadores em que vivemos, em razão da **pandemia longa** – assim passo a denomina-la – com a qual já sofremos há pelo menos dois anos

Também gostaria de saudar a toda a audiência presencial ou virtual que participa deste evento. Por fim, lamentar os mais de 250 milhões de casos e os mais de 5,2 milhões de falecimentos oficialmente registrados em todo o mundo e solidarizar-me com as vítimas e suas famílias.

É senso comum declararmos que a pandemia de Covid19 escancarou as desigualdades sociais, econômicas, ambientais e sanitárias previamente existentes em todo o mundo. Esta **pandemia longa** ampliou brutalmente o número de pobres e mostrou que nada tem de democrática, pela forma desigual e iníqua com que afeta indivíduos e famílias, segundo renda, gênero, raça-etnicidade, situação no trabalho ou idade.

Quando examinamos, por exemplo, os informes mais recentes, sobre a implementação da Agenda 2030 no mundo, verificamos que os avanços nos indicadores de desenvolvimento tem sido piores nos países mais pobres e mais desiguais do mundo e, dentro dos países, exatamente entre aqueles mesmos segmentos populacionais mencionados.

Muito se esperava da solidariedade dos países mais ricos do mundo no enfrentamento equitativo da pandemia, preconizado pela autoridade sanitária global – a Organização Mundial da Saúde, OMS – como única forma de vencer a enfermidade.

Entretanto, até o momento, o direito humano a um *bem* que deveria ser *público* e *global* no contexto de uma pandemia, a vacina contra a Covid19, tem sido frustrado, pela falta de apoio aos mecanismos definidos coletivamente pela comunidade da saúde pública global desde o início da pandemia, visando ‘não deixar ninguém para trás’, como é o caso da Iniciativa Covax estebelecida pela OMS, pela Aliança GAVI e pela CEPI com o propósito de promover o acesso global à vacina da COVID-19.

De outro lado, saúde a recente decisão da OMS de constituir um processo para negociar um novo instrumento de governança da saúde global, o que representa uma oportunidade única de rever e incluir de maneira explícita a responsabilidade dos Estados na garantia de um dos direitos humanos mais fundamentais: o **direito à saúde** seja em ocasiões de crise sanitária ou não.

Quero alertar também para o abuso contra os direitos humanos referente a outras dimensões da vida econômica e social. Refiro-me ao direito à alimentação adequada, ao trabalho e emprego, ao ambiente saudável – inclusive das habitações, acesso à água, saneamento básico, ar limpo e recolha e tratamento do esgoto e do lixo, sem esquecer do direito à educação, um dos mais seriamente atingidos pela pandemia, com o aumento da evasão escolar de crianças e jovens.

Em ambos os casos torna-se necessária a abordagem da Saúde Única (*One Health*). Sabemos todos que a saúde não é apenas dependente da biologia humana dos indivíduos. A saúde humana é resultante das condições gerais e coletivas de vida, por força dos determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Por esta razão, quero destacar neste seminário também a importância do direito ao desenvolvimento, que seja equitativo, inclusivo e sustentável, como única forma de atender a todas as imperativas necessidades humanas, sem destruir o planeta, fonte da vida. Direito ao conhecimento e ao desenvolvimento cientifico e tecnológico.

Preocupa-me sobremaneira que possamos resolver a dimensão política do enfrentamento da pandemia longa e da recuperação pós-pandemia. Os sanitaristas e cientistas do mundo esperam muito dos Estados-membros deste Conselho e das Nações Unidas como um todo. Temos esperança que se restaure um *multilateralismo solidário*, acima dos nacionalismos, seja de vacinas, seja dos fechamentos de fronteiras, ou de desinteresse quanto às necessidades das regiões e países mais frágeis.

Finalizo reconhecendo e agradecendo o trabalho realizado pelo Conselho de Direitos Humanos, a Alta Comissária, bem como o importante grupo de *Special Rapporteurs*, que vem produzindo a mais impressionante massa de informes em defesa dos direitos humanos e da qualidade de vida das populações em todo o mundo, apontando os problemas, mas também indicando soluções políticas fundamentais para resolvê-los.